

Ano XX nº 6078 – 21 de junho de 2019

Brasil está entre os 10 piores países para os trabalhadores



Pela primeira vez, o Brasil está na lista dos dez piores países do mundo para os trabalhadores, de acordo com o Índice Global de Direitos, relatório da Confederação Sindical Internacional (CSI), divulgado na quarta-feira 19/6, durante a 108ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT, que se encerra em 21 de junho, em Genebra, na Suíça.

O Índice Global de Direitos 2019 classificou 145 países de acordo com 97 indicadores reconhecidos internacionalmente. Esses indicadores apontam em quais países os trabalhadores e as trabalhadoras estão menos protegidos tanto no que diz respeito à legislação quanto à prática sindical.

Segundo o índice, Arábia Saudita, Argélia, Bangladesh, Brasil, Colômbia, Filipinas, Guatemala, Cazaquistão, Turquia e Zimbábue são os dez piores países do mundo para os trabalhadores.

O presidente da CUT, Vagner Freitas, que está em Genebra, explicou que as recentes alterações na legislação trabalhista realizadas pelo governo de Michel Temer (MDB-SP) contribuíram para que o Brasil alcançasse esse “lamentável resultado”.

O desmonte sistemático dos direitos democráticos dos trabalhadores no local de trabalho e a violenta repressão à greve e manifestações estão colocando em perigo a paz e a estabilidade no mundo, aponta ainda o relatório do Índice Global de Direitos.

Os recursos de extrema violência contra todos aqueles que defendem os direitos trabalhistas têm resultado em prisões, assassinatos e restrição de direitos e de acesso à Justiça de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

Segundo o relatório, as prisões e perseguições têm tomado grandes proporções na Índia, Turquia e no Vietnã. Entre os 145 países analisados, os trabalhadores foram vítimas de violência em 52 países. Em alguns deles, como o Brasil, foram registradas mortes de sindicalistas.

Ex-presidentes do BNDES se unem em defesa do banco e do desenvolvimento do país

A Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES) promoveu na manhã da quarta-feira (19/6), no Rio de Janeiro, um ato em defesa do banco de fomento e um debate com a participação e apoios de vários ex-presidentes da instituição.

Na mesa de discussão, comentaram a proposta do relator da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara dos Deputados, Samuel Moreira (PSDB-SP), que excluiu a destinação para o BNDES de 40% dos recursos das contribuições sociais do PIS/Pasep como previsto pelo artigo 239 da Constituição. O relatório redireciona a previsão constitucional para pagamento de pensões e aposentadorias. O texto original do governo reduz o montante que cabe ao banco para 28%.

Em 2019, o PIS/PASEP representa 35,3 % do captação de recursos para investimento do BNDES. Em 30 anos de existência do FAT, foram desembolsados pelo banco mais de R\$ 662 bilhões, atendendo a mais de um milhão de empresas, em 96% das cidades brasileiras (5.342 municípios). Tais recursos contribuíram para gerar e manter 10 milhões de empregos diretos e indiretos, de 1996 a 2017.

A recuperação da economia depende de um aumento consistente do investimento em infraestrutura, que hoje está entre 1% e 2% do PIB.

De acordo com estudo realizado pela consultoria McKinsey a pedido do BNDES e da Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês) do Banco Mundial, o país precisaria que o investimento em infraestrutura fosse 4,7% do PIB para alcançar a média mundial em 20 anos.



O BANCO DO DESENVOLVIMENTO
DE TODOS OS BRASILEIROS